



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., – Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

13

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 186/2025

AUTORIA: PREFEITO MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA

RELATORIA: VEREADOR LUCAS PIRES DE MORAES

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO; e COMISSÃO OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS.

Com fundamento no art. 38 do Regimento Interno desta Casa de Leis, vimos, respeitosamente, apresentar PARECER acerca do projeto de Lei Complementar n° 186/2025.

EMENTA: Na Sessão Ordinária de 09 de dezembro de 2025, o Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei Complementar n° 186, que “Dispõe sobre as alterações das Leis Municipais n° 1.557/2009, n° 1.655/2010 e n° 2.191/2021, que disciplinam o Custeio de Iluminação Pública – CIP, visando adequar a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) à reforma constitucional operada no art. 149-A da Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional n° 132, de 20 de dezembro de 2023”.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar n° 186/2025, de iniciativa do Prefeito Municipal, que propõe alterar dispositivos da legislação municipal que rege a Contribuição para Custeio de Iluminação Pública (CIP), especialmente a Lei



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Municipal nº 1.557, de 09 de dezembro de 2009, bem como promover ajustes de compatibilização em relação às Leis nº 1.655/2010 e nº 2.191/2021.

O art. 1º do projeto altera o art. 1º e o § 1º da Lei Municipal nº 1.557/2009, para que passem a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º – Fica instituída a Contribuição para Custeio de Iluminação Pública (CIP) para o custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação e da instalação, manutenção e operação de sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos na Estância Turística de Ibiúna”. O novo § 1º define que o serviço previsto no caput compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, bem como a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação e monitoramento público.

O art. 2º acrescenta o § 5º e os incisos I, II e III ao art. 1º da Lei nº 1.557/2009, estabelecendo que os valores arrecadados com a cobrança da CIP também serão destinados ao custeio da aquisição e/ou locação de equipamentos e materiais necessários ao monitoramento público das vias, incluindo: câmeras com inteligência artificial para reconhecimento facial de pessoas e placas de veículos, softwares com analíticos variados e capacidade de conexão com rádios de comunicação portáteis da Guarda Civil Municipal (GCM), pacotes de internet, fontes de energia elétrica, postes, cabeamento e demais itens correlatos (inciso I); equipamentos e infraestrutura para a implantação de central de monitoramento na sede da GCM de Ibiúna, com capacidade para processamento, armazenamento e gerenciamento das imagens em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (inciso II); e equipamentos de comunicação para as viaturas da GCM, com capacidade de interligação com as câmeras por meio de alertas gerados pelos analíticos do sistema de monitoramento (inciso III).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

O art. 3º altera o art. 9º e o § 1º da Lei nº 1.557/2009, criando o “Fundo Municipal de Iluminação e Monitoramento Público”, de natureza contábil e administrado pela Secretaria Municipal de Finanças, para o qual deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP, a fim de custear os serviços de Iluminação e Monitoramento Público previstos na lei.

O art. 4º estabelece que a nova lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, ressalvando, entretanto, a permanência das disposições das Leis Municipais nº 1.557/2009, nº 1.655/2010 e nº 2.191/2021 que não tenham sido expressamente revogadas ou alteradas pelo presente diploma.

A matéria foi devidamente protocolada e encaminhada a estas Comissões para análise de sua constitucionalidade, legalidade, mérito e adequação financeira.

II – ANÁLISE JURÍDICA E DE CONSTITUCIONALIDADE (Comissão de Justiça e Redação)

1. Da Competência e da Iniciativa:

A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) encontra previsão no art. 149-A da Constituição Federal, que atribui aos Municípios e ao Distrito Federal competência para instituir essa contribuição. Ao disciplinar a destinação dos recursos, a forma de custeio, a criação de fundo contábil e a estrutura administrativa de gestão da CIP, o Município atua no âmbito de sua competência legislativa em matéria tributária local e de organização dos serviços públicos, nos termos do art. 30, incisos I e III, da Constituição Federal e dos dispositivos correlatos da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

A iniciativa do Projeto de Lei Complementar nº 186/2025 é do Prefeito Municipal, o que é adequado, uma vez que se trata de matéria que envolve



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

instituição e disciplina de contribuição municipal, organização da administração financeira e criação de fundo contábil, temas tradicionalmente reservados ao Chefe do Poder Executivo. Não se verifica vício de iniciativa.

2. Da Conformidade com a Constituição Federal (art. 149-A) e com a Lei Orgânica Municipal:

No plano constitucional, a CIP é contribuição específica para o custeio do serviço de iluminação pública. A jurisprudência consolidada admite que os recursos da CIP sejam utilizados não apenas para o pagamento do consumo de energia elétrica, mas também para a instalação, expansão, melhoria, modernização, operação e manutenção de todo o sistema de iluminação pública.

O projeto em análise amplia o escopo da destinação dos recursos, para abranger, além da iluminação, a “instalação, manutenção e operação de sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos” e a criação de um Fundo Municipal de Iluminação e Monitoramento Público. A vinculação entre iluminação pública e monitoramento de logradouros é justificada, na exposição de motivos, pela necessidade de adequação à redação atual do art. 149-A da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

Sob a ótica da estrita legalidade tributária, é essencial que a destinação dos recursos da CIP mantenha nexos diretos com a finalidade constitucional do tributo. A redação proposta procura assegurar essa vinculação ao: (a) incluir expressamente o monitoramento público como parte do serviço relacionado à segurança e preservação de logradouros; (b) vincular o uso dos recursos aos sistemas de monitoramento instalados em vias e bens públicos; e (c) concentrar a gestão em fundo específico para iluminação e monitoramento público.

Em razão das alterações recentes promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que manteve a competência dos Municípios para instituir a CIP, recomenda-se que o Poder Executivo, por meio de sua assessoria



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

21

jurídica, mantenha a interpretação da lei municipal alinhada ao texto atualizado do art. 149-A e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, de modo a assegurar que as despesas com monitoramento guardem caráter instrumental e indissociável da função de iluminação e preservação de logradouros, evitando qualquer desvio de finalidade.

No âmbito da Lei Orgânica Municipal, não se identifica afronta a dispositivos específicos. A criação de fundo contábil, a vinculação de receita específica e a destinação dos recursos a serviços de interesse local são compatíveis com a autonomia municipal e com os princípios de eficiência, moralidade, transparência e responsabilidade na gestão fiscal.

Conclusão da Comissão de Justiça e Redação: O Projeto de Lei Complementar nº 186/2025 é, em tese, compatível com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município e com a disciplina da CIP, desde que a aplicação dos recursos se mantenha vinculada à finalidade constitucional do tributo (iluminação pública e serviços correlatos de preservação de logradouros), recomendando-se atenção especial do Poder Executivo na regulamentação e execução, para evitar desvio de finalidade. Nesses termos, o parecer é FAVORÁVEL à tramitação.

III – ANÁLISE DE MÉRITO

1. Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança Pública e Atividades Privadas:

Do ponto de vista material, o projeto busca integrar a política de iluminação pública com a política de segurança pública municipal, ao permitir que os recursos da CIP sejam também utilizados para a instalação e operação de sistemas de monitoramento eletrônico em vias e logradouros públicos, inclusive com uso de inteligência artificial, central de monitoramento na sede da GCM e equipamentos de comunicação nas viaturas.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

22
[Handwritten signature]

Tal integração tende a produzir ganhos relevantes para a coletividade, na medida em que: (a) amplia a sensação de segurança em espaços públicos; (b) potencializa a atuação da Guarda Civil Municipal, reduzindo o tempo de resposta a ocorrências; (c) contribui para a prevenção de crimes e para a preservação do patrimônio público; e (d) racionaliza investimentos em infraestrutura urbana (postes, energia, cabeamento), aproveitando a capilaridade da rede de iluminação já existente.

A criação do Fundo Municipal de Iluminação e Monitoramento Público, de natureza contábil, também representa avanço na organização da política setorial, permitindo maior transparência na gestão dos recursos da CIP, com segregação contábil e possibilidade de melhor planejamento dos investimentos em iluminação e monitoramento.

Não se constata, no mérito, impactos negativos diretos sobre o meio ambiente ou sobre as atividades econômicas privadas. Ao contrário, a melhoria da iluminação e da segurança tende a beneficiar o comércio, os serviços e a circulação de pessoas no período noturno, além de favorecer a convivência comunitária em espaços públicos.

2. Comissão de Finanças e Orçamento:

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, o Projeto de Lei Complementar nº 186/2025 não cria nova contribuição nem altera, no texto apresentado, alíquotas, base de cálculo ou faixas de incidência da CIP. O núcleo da proposta recai sobre a destinação e a gestão dos recursos arrecadados, que passam a ser vinculados a um fundo específico para iluminação e monitoramento público.

A criação de fundo de natureza contábil, administrado pela Secretaria Municipal de Finanças, é compatível com a Lei nº 4.320/1964, desde que: (a) as receitas sejam devidamente classificadas como contribuições vinculadas; (b) a



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

22

execução da despesa observe as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais; e (c) sejam respeitados os limites e condições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como o projeto não aumenta a carga tributária, mas apenas redefine a destinação dos recursos e centraliza sua gestão em fundo próprio, não há, em tese, impacto orçamentário negativo adicional. Ao contrário, a medida tende a conferir maior previsibilidade à aplicação dos recursos da CIP, permitindo planejamento plurianual de investimentos em iluminação e monitoramento público.

IV – VOTO DAS COMISSÕES

Comissão de Justiça e Redação: Pela constitucionalidade, legalidade e conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 149-A da Constituição Federal, condicionada à observância, na regulamentação e execução, da vinculação dos recursos da CIP à finalidade constitucionalmente prevista, o parecer é FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 186/2025.

Comissão de Finanças e Orçamento: Por não instituir novo tributo, não majorar alíquotas da CIP e tratar de reestruturação da destinação e da gestão de recursos de contribuição já existente, em consonância com a legislação financeira e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o parecer é FAVORÁVEL à tramitação.

Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança Pública e Atividades Privadas: Considerando o relevante interesse público na melhoria da iluminação pública, na ampliação do monitoramento eletrônico de vias e logradouros e no fortalecimento da segurança urbana, o parecer é FAVORÁVEL à tramitação.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

V – CONCLUSÃO FINAL

Diante do exposto, e considerando que o projeto busca adequar a legislação municipal de iluminação pública às alterações constitucionais recentes, aperfeiçoar a gestão dos recursos da CIP e integrar a política de iluminação com o monitoramento de logradouros públicos, sem criação de novo tributo ou aumento de carga tributária, as Comissões Permanentes manifestam-se, por unanimidade, pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 186/2025.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

LUCAS PIRES DE MORAES

Vereador
Presidente da Comissão de
Justiça e Redação

RODRIGO DE LIMA

Vereador
Vice-Presidente da Comissão de
Justiça e Redação

CARLOS EDUARDO GOMES

Vereador
Membro da Comissão de Justiça e Redação

**CARLOS ROBERTO MARQUES
JUNIOR**

Vereador
Presidente da Comissão de Finanças e
Orçamento

DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE

Vereador
Vice-Presidente Comissão de Finanças e
Orçamento

VOLNEI GALVÃO

Vereador
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314– 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br


ABEL RODRIGUES DE CAMARGO

Vereador

Presidente da Comissão de Obras, Serviços
Públicos, Agricultura, Meio Ambiente,
Segurança Pública, e Atividades Privadas.


BENEDITO ALVES DOS SANTOS

Vereador

Vice-Presidente da Comissão de Obras,
Serviços Públicos, Agricultura,
Meio Ambiente, Segurança Pública, e
Atividades Privadas.


ADEILTON VIEIRA PINTO

Vereador

Membro da Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura,
Meio Ambiente, Segurança Pública, e Atividades Privadas.